

Aprender: um direito de todos

Reinaldo M. Fleuri

Em dezembro de 1961, a Assembleia Geral da ONU votava a “década para o desenvolvimento”, um programa de cooperação econômica internacional que previa a luta contra a fome, projetos de assistência técnica para incrementar os recursos humanos e naturais, e uma campanha mundial de alfabetização.

A educação era encarada como um fator fundamental do desenvolvimento econômico, ou melhor, como a chave de um tão ousado plano de cooperação. Com efeito, esta era a idéia que estava implícita na seguinte declaração do então Secretário da ONU, U-Thant: «A importância do fator humano é tão grande que o sucesso ou o insucesso dos esforços empreendidos pelas Nações Unidas durante a “década para o desenvolvimento” poderá depender do sucesso dos programas de formação que as Nações Unidas buscam atuar nos diferentes setores da vida econômica e social dos países em via de desenvolvimento».

Assim foi assumido o compromisso de alfabetizar dois terços dos 500 milhões de adultos da Ásia, África e América Latina: quase 350 milhões de pessoas. O custo do programa era de um bilhão e 883 milhões de dólares. Nesses continentes foram promovidos amplos programas para difundir as escolas, destinando ao empreendimento até quatro por cento da produção, a cerca de 70 países planejaram estender o ensino primário a todas as crianças, até 1980.

Fracasso dos programas de alfabetização

Só que, desde o início, estes programas foram frustrados por carências, erros e dificuldades de vários tipos, e sua aplicação tornou-se defeituosa e parcial. Em muitos dos países pobres, a lei da escolaridade obrigatória não pôde ser aplicada, seja por falta de escolas e de instrutores, seja por ausência de meios para transportar as crianças às escolas ou por causa da pobreza que obriga os filhos, ainda pequenos, a trabalhar



para ajudar a família. Assim, nestes países metade das crianças em idade escolar permaneceu analfabeta.

De outro lado, a justificada preocupação em estender um ensino básico a todas as crianças, fez com que se descuidasse da alfabetização dos adultos. E mesmo quando houve esta alfabetização, o trabalho de aculturação em parte faliu, seja por falta de tino psicológico e pedagógico dos educadores, seja pelos obstáculos de natureza histórica, geográfica e social que encontrou: os longos séculos de opressão colonial marcaram profundamente aqueles povos, sufocando neles todo desejo de renovação e melhoramento; a falta de estradas e meios de comunicação de vários países tornou muito difícil alcançar determinadas zonas; as estruturas sociais e econômicas obsoletas barraram decisivamente os programas de aculturação dos povos.

O trabalho de alfabetização demonstrou-se particularmente difícil em muitos países da África e da Ásia, também por causa da variedade das línguas e da grande diversidade dos dialetos, muitos dos quais não possuíam nenhuma forma escrita.

Recursos para a alfabetização

Hoje, se a humanidade quisesse realmente, ela estaria em condições de extirpar o flagelo do analfabetismo no decorrer de uma geração, ou pelo menos restringi-lo a proporções tão modestas que ele poderia ser extinto pela ação educativa normal. Existem os meios materiais, institucionais, técnicos e científicos necessários. Também não há razão para recuar que os esforços financeiros para a alfabetização possam comprometer outros aspectos do progresso econômico-social. Ao contrário, o capital invisível da educação é o melhor investimento e a condição principal do progresso humano e do crescimento da produtividade.

De outra parte, conhecemos as enormes verbas que o orçamento de cada nação destina aos armamentos, isto é, a objetivos que não são de natureza econômico-social. Basta uma fração daquele bilhão e meio de dólares que se gastam cada dia no mundo para os armamentos, para assegurar a milhões de crianças e adultos, prisioneiros da ignorância, o mínimo de instrução necessária à sua dignidade. Os recursos existem; o que falta é distribuí-los segundo uma planificação racional.

No plano internacional, são as nações mais prósperas que devem intervir com o amparo financeiro e fornecimento gratuito de pessoal docente aos países carentes de recursos. No plano interno de cada país, todo balanço nacional deve favorecer os investimentos nos setores da vida pública que mais necessita de intervenções imediatas.

A UNESCO, de seu lado, desde que foi constituída, tem estudado com seriedade o problema do analfabetismo e está em condições de executar bem a tarefa de planificar os recursos, coordenar os trabalhos, solucionar os complicados problemas organizativos.

A alfabetização funcional

O programa experimental mundial de alfabetização adotado pela UNESCO, durante o quinquênio 1966-1971 em quase vinte países (1), com uma série de projetos-piloto e microexperiências, foi um experimento de grande complexidade, que inicialmente chegou a ser desencorajador, mas que logo se tornou um verdadeiro estímulo para enfrentar os muitos obstáculos, como a identificação dos objetivos, a elaboração dos programas de formação, a sustentação dos ônus financeiros. E os 32 milhões de dólares necessários foram arrecadados graças às contribuições dos governos interessados, bem como das Nações Unidas, da FAO, da UNESCO e de alguns países prósperos como a Suécia.

O principal objetivo do programa experimental era o de verificar as vantagens que a alfabetização pode proporcionar ao desenvolvimento econômico e social. Os resultados obtidos foram tangíveis e imediatos. Mais de 120 mil homens e mulheres foram funcionalmente alfabetizados (2).

Por alfabetização funcional entende-se a preparação da pessoa a um papel social, civil e econômico, o que é muito mais que uma alfabetização que se limita a ensinar a ler e escrever. A própria prática da leitura e da escrita deve tornar-se ensejo de aquisição dos conhecimentos necessários ao melhoramento do nível de vida, favorecendo a aprendizagem de conhecimentos gerais, a preparação ao trabalho, o aumento da pro-

A alfabetização no Brasil

No Brasil, a educação de base tem encontrado sérios problemas, principalmente no que se refere à escola de primeiro grau, como a enorme evasão escolar. Apenas 15% dos alunos que ingressam no primeiro grau chegam a concluí-lo.

Este fenômeno está ligado a uma série de fatores. O principal é o baixo nível econômico dos alunos que precisam trabalhar muito cedo e vivem em ambiente desfavorável sob o ponto de vista do estímulo, nutrição e saúde, além de enfrentar dificuldades de acesso às escolas. Outro fator é a falta de qualificação dos professores, principalmente os das primeiras séries. Em todo o país apenas 57% dos professores da primeira à quarta série estão regularmente habilitados. Os currículos inadequados, a carga horária reduzida para atender a grande demanda de matrículas, as deficiências de instalação (68,7% das escolas possuem apenas uma sala de aula, o que exige a formação de classes heterogêneas), a falta de material e de supervisão são problemas que reduzem o rendimento escolar.

Deste fato decorre o problema do analfabetismo ou semi-analfabetismo entre os adultos, que passou a ser percebido somente a partir de 1940, quando o censo apurou a existência de cerca de 55% de analfabetos no país. As iniciativas que surgiram, tais como a primeira Campanha de Educação de Adultos, a Campanha Nacional de Educação Rural e o Sistema Radioeducativo Nacional (Sirena), esbarraram na amplitude da área a cobrir e na falta de verbas. A partir da década de 60, os programas tiveram maior significação.

O método de educação de adultos, do professor Paulo Freire, que utilizava as conquistas da teoria da comunicação, da psicologia da aprendizagem e da didática moderna, teve grande re-

percussão e foi oficialmente adotado pelo Plano Nacional de Alfabetização, lançado em 1963, mas extinto no ano seguinte pelo novo governo. Surgiram ainda programas não oficiais, ligados ao movimento estudantil e à Igreja. Um dos movimentos mais sérios e organizados da história da educação de base no Brasil surgiu, em 1961, de entendimentos entre a Igreja e o governo federal. O Movimento de Educação de Base (MEB) chegou a atingir quinze Estados em 1963, com um total de 5.600 escolas e mais de 110 mil concluintes. A partir da segunda metade da década, devido à escassez de verbas, o MEB entrou em declínio e as iniciativas de combate ao analfabetismo em geral passaram a ter cunho local.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), a partir de 1970, representa uma nova orientação na política governamental e realiza, fundamentalmente, o Programa de Alfabetização Funcional e o de Educação Integrada.

O Programa de Alfabetização Funcional tem como meta prioritária o atendimento a populações de áreas urbanas e à categoria entre 15 e 35 anos, tendo em vista a maior produtividade que podem oferecer como mão-de-obra. A duração do programa é de cinco meses (e mais um mês para recuperação) com duas horas de aulas diárias. Em todo o território nacional se utiliza o mesmo material didático e basicamente o mesmo método, que é desenvolvido a partir de "palavras geradoras" que focalizam abstratamente algumas necessidades fundamentais do homem.

O controle é feito através dos boletins de frequência que, preenchidos pelos alfabetizadores, são remetidos mensalmente ao Mobral central. O Mobral considera o aluno alfabetizado quando

atividade, uma participação mais ampla da vida civil e uma melhor compreensão do mundo em que se vive.

Na Índia, por exemplo; a alfabetização funcional tornou-se o elemento-chave de uma política chamada "revolução verde": ensinando larga faixa da população a ler, a escrever e a adquirir conhecimentos e qualificações em matéria agrícola, foi possível proceder ao cultivo de cerca de 13 milhões de hectares de terreno produtivo, capaz de duplicar e até triplicar as colheitas. Esta é uma indicação preciosa, sobretudo, para os países nos quais uma fortíssima explosão demográfica se contrapõe a um lento ritmo de desenvolvimento econômico e à falta crônica de víveres.

João Paulo II e o analfabetismo

Na dinâmica acelerada de mudança, característica da sociedade atual, é necessário, e, ao mesmo tempo, urgente que saibamos criar um ambiente de solidariedade humana e cristã em torno do preocupante problema da escolarização. Não é possível permanecer indiferente perante o grave problema do analfabetismo ou semi-analfabetismo. Num dos momentos decisivos para o futuro da América Latina, lanço um premente apelo em nome de Cristo, a todos os homens, e de modo particular aos jovens, para que pres-

tem, hoje e amanhã, ajuda, serviço e colaboração nesta tarefa de escolarização. A minha voz, a minha súplica de pai, dirige-se também aos educadores cristãos, para que contribuam, favorecendo a alfabetização e a aculturação, com uma visão integral do homem. Não esqueçamos que "um analfabeto é um espírito subalimentado" (Populorum Progressio, 35). Confio na colaboração de todos para ajudar a resolver este problema, que diz respeito a um direito tão essencial do ser humano» (CIC).

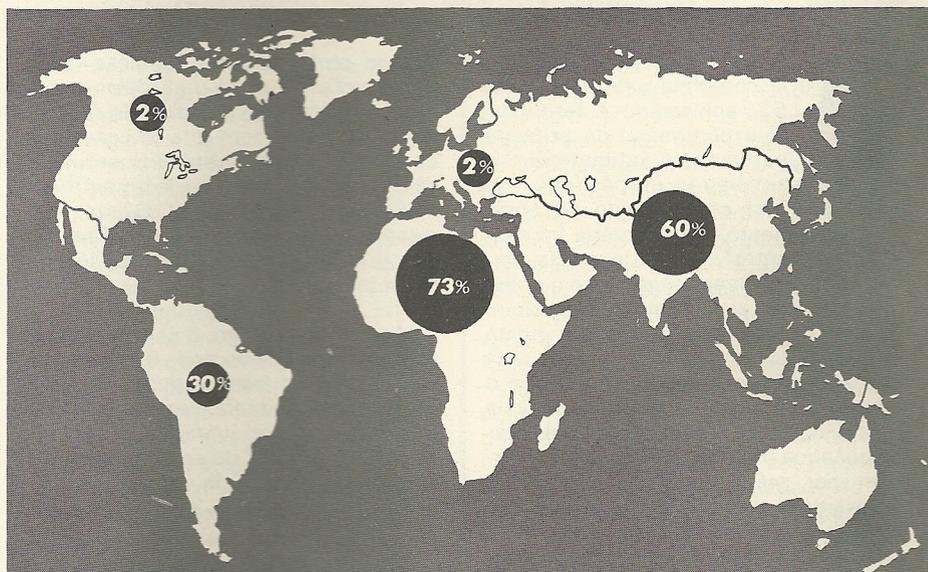
ele consegue satisfazer a dez requisitos, entre eles ler e escrever o próprio nome, somar ou conferir notas de compras, escrever pequenos bilhetes.

Segundo os dados do próprio Mobral, mediante a execução deste plano, o número de analfabetos adultos diminuiu de 18,1 milhões, em 1970, para 9,3 milhões em 1977, ou seja, de 33,6% para 11,1%.

O Programa de Educação Integrada, situado dentro do contexto da educação supletiva, é uma forma de educação básica acelerada para adolescentes e adultos. Condensa, num período de doze meses, as quatro primeiras séries do ensino do 1.º grau (o antigo primário) e visa o grande número de adolescentes e adultos que possuem escolaridade inferior e os recém-alfabetizados que não conseguem ser absorvidos pelas redes de ensino regulares. A organização de classes, o controle do programa e a avaliação (ao final de cada semestre) cabem às Secretarias de Educação. Os certificados de conclusão expedidos após a avaliação de aprendizagem são considerados válidos e possibilitam o posterior ingresso no ensino regular de segunda fase.

Além desses programas oficiais de alfabetização existem inúmeras iniciativas locais de educação de base cujo número e alcance não se conhece ao certo. São esforços para desenvolver a alfabetização que têm seus limites, mas que são de uma inegável importância, pois pretendem atender a uma das necessidades fundamentais de nosso povo. É desejável, portanto, que este esforço seja sempre renovado e incrementado no sentido de capacitar o povo brasileiro para desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo em que vive e uma participação mais ampla na vida social.

Reinaldo M. Fleuri



As porcentagens do analfabetismo nos continentes.

O sexto continente

Todos somos levados com razão a chorar sobre as misérias materiais e morais de nossos dias; talvez não sejamos igualmente sensíveis ao flagelo da ignorância, às impressionantes proporções atuais da miséria mental. Como disse em seu tempo o então diretor da UNESCO, René Maheu, as cifras a respeito são «escandalosas, pela moral e pela injustiça que demonstram, e escandalosas também do ponto de vista estritamente econômico, pela impressionante dispersão de forças intelectuais que representam».

Os últimos dados da UNESCO falam de 800 milhões de adultos e 300 milhões de jovens ainda em nível de "analfabetismo integral", e de 400 milhões

de indivíduos com uma instrução apenas inicial.

As parcelas mais elevadas deste bilhão e meio de analfabetos encontram-se nos países do Terceiro Mundo, e isto demonstra que ao subdesenvolvimento cultural corresponde o subdesenvolvimento econômico-social. O fenômeno apresenta uma diminuição do analfabetismo em percentual, mas um aumento em valores absolutos, devido ao rápido aumento da população mundial.

Existe, portanto, um sexto continente desconhecido: o dos analfabetos. Um mundo a ser ainda descoberto e que esconde em suas profundas rugas um patrimônio que deve ser devolvido à humanidade.